

EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ROMPENDO BARREIRAS, VIVENCIANDO A INCLUSÃO BRAZILIAN EDUCATION: BREAKING DOWN BARRIERS, EXPERIENCING INCLUSION

ISSN: 2595-8704. DOI: 10.29327/2323543.28.1-8

Eliene Maria Vieira dos Santos ¹
Betijane Soares de Barros ²

RESUMO

Sabe-se que a inclusão social de pessoas com deficiências tem em seu significado uma participação social, econômica e política, para assim, ter seus direitos perante a sociedade efetivados. A inclusão social demanda um processo que acontece de maneira gradativa, seja com avanços ou até mesmo com retrocessos, isso ocorre devido aos hábitos, costumes e preconceitos vindos desde os tempos mais antigos. Com a inserção da população na era digital, os ganhos nesse campo aumentaram significativamente contribuindo para o desenvolvimento de tecnologia e soluções para que essa inserção aconteça de maneira acolhedora e tranquila para todos, sejam eles (alunos) deficientes ou não, uma vez que essa tecnologia atrai e dinamiza as relações no âmbito da sala de aula, tornando o ambiente mais agradável e propício para o desenvolvimento, principalmente das crianças que possuem alguma deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: educação; inclusão; tecnologia.

ABSTRACT

It is known that the social inclusion of people with disabilities means social, economic and political participation, so that their rights in society are realised. Social inclusion requires a process that happens gradually, either with advances or even setbacks, due to habits, customs and prejudices that date back to ancient times. With the insertion of the population into the digital age, the gains in this field have increased significantly, contributing to the development of technology and solutions so that this insertion can happen in a welcoming and peaceful way for everyone, whether they (students) are disabled or not, since this technology attracts and dynamises relationships within the classroom, making the environment more pleasant and conducive to development, especially for children who have a disability.

KEYWORDS: education; Inclusion; technology,

¹ Especialização em Psicopedagogia Institucional Faculdade Santa Helena, FSH. Graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário CESMAC, FEJAL. **E-MAIL:** evsantos@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/3636517308522498

² Doutora em Ciências da Educação pela Faculdade de Ciências, Letras e Educação do Paraná, FACLE. Mestrado em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas, UFAL. Especialização em Neuropedagogia pela Universidade Paulista, UNIP. Graduação em Biologia(ciências) pela Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde AESA/CESA, AESA/CESA. **E-MAIL:** bj-sb@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/4622045378974366

INTRODUÇÃO

Com o crescimento da inserção da sociedade na era digital, o potencial das tecnologias de mídia para promover o desenvolvimento e a inclusão social tem sido globalmente reconhecido e explorado. Entretanto, enquanto avanços nas tecnologias de informação e comunicação têm permitido o surgimento de novas visões de sociedade e novas maneiras de interação, gerando conhecimento e participação social, estudos apontam que o progresso da sociedade da informação no Brasil tem sido mais devagar do que em outros países que têm explorado de forma mais efetiva a utilização dessas tecnologias como meio de desenvolvimento (NAZARENO; BOCCHINO; MENDES; PAZ FILHO, 2006).

Em nossos dias é possível observar com frequência da utilização do termo inclusão nos discursos, e nestes estão distantes a realidade vivenciada na educação e na sociedade brasileira. A inclusão social e educacional de pessoas com deficiência significa expandir seus horizontes, tornando-as efetivamente participantes da vida social.

No entanto, inclusão social é um tema que tem ficado em segundo plano por parte da ciência tradicional, que se caracteriza por apoiar-se no desenvolvimento de modelos definidos para os fenômenos estudados, abandonando toda uma área de desenvolvimentos tecnológicos voltados para a inclusão social ainda por progredir. A complexidade nas tecnologias sociais dar-se porque as mesmas devem ser desenvolvidas através de projetos mais abrangentes e contextualizados, situados em contextos sociais reais que integram questões de avanço tecnológico com questões de desenvolvimento humano, social, econômico e cultural. (AKHRAS, 2011).

Além disso, inclusão social é um problema multifacetado, multidisciplinar e complexo, que está longe de possuir o mesmo tipo de base formal que outras disciplinas científicas alcançaram. No entanto, as linguagens formais da tecnologia da informação

utilizadas por disciplinas que abordam temas sociais com um enfoque formal, como ciência cognitiva e inteligência artificial, podem oferecer um ponto de partida para a construção de uma base formal para apoiar o projeto e a análise de sistemas de inclusão social (AKHRAS, 2010).

Esses sistemas envolvem processos de participação, mediação e interação nos quais cognição e aprendizado são situados em contextos socioculturais mais amplos e a noção de comunidade de aprendizado se torna central.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura tradicional, não sistemática, descritiva, de natureza qualitativa e bibliográfica, já que a análise se realizou em diversas fontes de pesquisas como conteúdo de livros, artigos científicos, sites, dissertações, teses e bibliográficas virtuais.

INCLUSÃO SOCIAL

Sabemos como é difícil pensar que pessoas são excluídas do nosso meio social em razão das características que possuem, seja uma perna mais curta que a outra ou uma dificuldade de aprendizado, por ter autismo e outras deficiências. São pessoas que muitas vezes já nascem com estas características e não conseguem mudar isso, então não é justo que sejam discriminados por isso, ou até mesmo tratados com desigualdade por terem estas características. Para tanto, a inclusão social é o que defende o direito destas pessoas, ou seja, é um conjunto de meios e ações efetivas que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pela falta de classe social, origem geográfica, educação, idade, existência de deficiência ou preconceitos raciais. Inclusão Social é oferecer aos mais necessitados oportunidades de acesso a bens e serviços, dentro de um sistema que beneficie a todos e não apenas aos mais favorecidos.

A inclusão social dar-se por meio da conquista do espaço social através das interações que acontecem no interior dos grupos sociais contando com as pessoas que sejam ativamente participativas e produtivas dentro da sociedade, isso significa uma participação efetiva na escola, no lazer como também no trabalho. Esta é uma condição esperada pelos indivíduos com algum tipo de deficiência e por todos aqueles que se sentem excluídos do processo produtivo, privados do direito à educação, saúde, moradia e lazer. (BONETI, 1997)

Apesar de sabermos que pessoas são excluídas do meio social em razão das características físicas que possuem como cor da pele, cor dos olhos, altura, peso e formação física. Já nascemos com essas características e não podemos de certa forma, ser culpados por tê-las. Sabemos também que a inclusão está para as pessoas que não possuem oportunidades iguais dentro do contexto social. Porém os excluídos socialmente são também os que são desprovidos de condições financeiras dentro dos padrões impostos pelo sistema, além dos idosos, os negros e as pessoas com deficiências físicas, como cadeirantes, deficientes visuais, auditivos e mentais. Vale ressaltar ainda que, hoje contamos com as leis específicas para cada área, como a das cotas de vagas nas universidades, em relação aos negros, e as que tratam da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

O mundo sempre esteve fechado para mudanças, em relação a essas pessoas, porém, a partir de 1981, a ONU (Organização das Nações Unidas) criou um decreto tornando tal ano como o Ano Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiências (AIPPD), época em que passou-se ao perceber que as pessoas com alguma deficiência eram também merecedoras dos mesmos direitos que os outros cidadãos. (FERREIRA, PINHEIRO E VALÉRIO, 2014, p. 885)

INCLUSÃO NA ESCOLA

Ao analisarmos de forma contextualizada a história da educação especial, percebemos que a mesma teve seu início traçado no século XVI, através dos profissionais da medicina e da pedagogia que, ao contrário dos conceitos que imperavam na época, davam crédito as possibilidades de indivíduos até então considerados ineducáveis. Levando em consideração de maneira mais específica o aspecto pedagógico, onde a educação formal era direito de poucos, esses pioneiros realizaram seus trabalhos construindo as bases tutoriais. (MENDES, 2006)

No cenário do século XVI, a segregação dos divergentes era considerada a melhor opção, instituições como asilos e manicômios foram difundidas como a melhor forma de proteção para a sociedade e os próprios diferentes, resultando em um confinamento “protetor”. Apesar disso, apenas no século XIX, a evolução asilar paralela a criação institucional da escolaridade obrigatória e a falta de capacidade da escola em responsabilizar-se pela aprendizagem de todos os alunos, originou as classe especiais para onde os alunos com mais dificuldade eram encaminhados. (MENDES, 2006)

Os crescentes avanços na educação inclusiva foram construídos à passos lentos. O percurso histórico dessa vereda educacional demonstra quanto já evoluímos e o quanto ainda precisamos evoluir se levarmos em consideração o processo inclusivo em sua totalidade, de acordo com a realidade das escolas de hoje, que ainda possuem grande dificuldade de entender a dinâmica da proposta inclusiva.

De acordo com Dutra e Santos (2010) os movimentos sociais do século XX, influenciaram diretamente o contexto atual da inclusão:

A partir de meados do século XX, com a intensificação dos movimentos sociais de luta contra todas as formas de discriminação que impedem o exercício da cidadania das pessoas com deficiência, emerge, em nível mundial, a defesa de uma sociedade inclusiva. No decorrer

desse período histórico, fortalece-se a crítica às práticas de categorização e segregação de alunos encaminhados para ambientes especiais, que conduzem, também, ao questionamento dos modelos homogeneizadores de ensino e de aprendizagem, geradores de exclusão nos espaços escolares.

Na última década, educadores e pais têm, de forma isolada, buscado promover e implementar a inclusão nas escolas, de pessoas com algum tipo de deficiência, visando o resgate do respeito humano e da dignidade, dando a possibilidade do desenvolvimento total e a acessibilidade à todos os recursos da sociedade. Sendo assim, movimentos nacionais e internacionais têm buscado o consenso para a formatação de uma política de integração e de educação inclusiva. (MACIEL, 2000)

Segundo conceitos oriundos do Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Especial (BRASIL, 2006), é importante enfatizar que a deficiência deve ser vista como uma diferença que pertence à diversidade e não pode ser omitida, pois “ela interfere na forma de ser, agir e sentir das pessoas”. Dessa forma, para promover uma Educação Inclusiva, os sistemas educacionais devem assumir que “as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve se adaptar às necessidades das crianças ao invés de se adaptar a criança a assunções preconcebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem” (BRASIL, 1994).

Com a evolução jurídico-institucional do País, a Carta Magna (BRASIL, 1988a) institui no Artigo 227º:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (p.148)

No que diz respeito à educação, a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) enfatiza que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, determinando a seguir os deveres específicos do Estado: ensino fundamental, obrigatório, gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; oferta de ensino noturno regular, adequando às condições do educando; atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (p. 137-138)

Diante desses pressupostos, vários fatores são ofertados para contribuir de forma eficiente para o desenvolvimento sócio-educativo dos indivíduos com deficiência. Se faz necessário que haja a implementação de políticas públicas de qualidade e aplicadas de forma responsável. Pois a garantia dada pela lei, diverge na prática do que está escrito. Esforços isolados é a forma mais comum que podemos observar a inclusão. Não obstante devemos ressaltar a importância da participação do estado, dos educadores, dos pais e da sociedade na construção efetiva e permanente de uma realidade sem a exclusão das pessoas com deficiência.

Segundo Marciel (2000) o olhar atual sobre as diferenças deve ser superado, uma vez que a capacidade de superação deve ser destacada:

A falta de conhecimento da sociedade, em geral, faz com que a deficiência seja considerada uma doença crônica, um peso ou um problema. O estigma da deficiência é grave, transformando as pessoas cegas,

surdas e com deficiências mentais ou físicas em seres incapazes, indefesos, sem direitos, sempre deixados para o segundo lugar na ordem das coisas. É necessário muito esforço para superar este estigma.(p. 53)

Na literatura encontramos ainda que a inclusão é benéfica aos alunos sem deficiência, de uma forma geral esses educandos tornam-se, mas sensíveis as questões de discriminação que observadas no cotidiano e mais críticos sobre as formas de estereótipos produzidos socialmente. Desenvolvendo assim habilidades de aceitação e flexibilidade que são de extrema importância para a vida em uma comunidade democrática. Além do desenvolvimento mais perceptível para a liderança e a cooperação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste cenário a educação inclusiva torna-se enfoque para diversas discussões a respeito dos direitos e deveres da sociedade como todo. Visando promover as condições de acessibilidade necessária para o desenvolvimento das pessoas permitindo melhorar nos aspectos sociocultural, políticos e econômicos. Por isso, é essencial ultrapassar a fronteira dos debates e inserir ações efetivas que envolvam a família e a comunidade, em conjunto com o Estado, para assim atender as necessidades básicas da criança e do adolescente. Em uma prática capaz de garantir seus direitos e a formação da cidadania.

Sendo assim, hoje já poderíamos contar com ferramentas que auxiliam no processo de inclusão, destacando os materiais didáticos, salas bem equipadas permitindo assim o trabalho especializado dos professores. A escassez de informação básica a respeito da população com deficiência tem sido uma grande barreira para o planejamento de ações capazes de promover sua inserção no meio social. Muitas vezes, a falta de acesso impede que a pessoa com deficiência

frequente determinados locais. É de extrema importância que a acessibilidade não seja somente de ordem física, mas também priorize a sociabilidade e o convívio dentro do ambiente escolar.

Não devemos reforçar uma visão perpetuada por várias épocas que supõe que o problema está no indivíduo ao invés das metodologias educacionais, currículos e organização escolar. A aceitação e a valorização da diversidade de classes sociais, de culturas, de maneiras individuais de aprender, de habilidades, de línguas, de religiões e etc, podem ser consideradas o início da criação de um ambiente educacional de qualidade para todos.

Metodologias inclusivas beneficiam a todos os alunos, pois eles podem descobrir juntos que existem formas diferentes para executar determinada atividade. A aprendizagem de todos deve ser garantida pelo ambiente escolar e este não deve segregar ou privilegiar somente uma pequena porção da comunidade atendida. Se faz necessário a criação e elaboração de programas e currículos capazes de proporcionar uma educação de qualidade a todos. Os educadores necessitam dos instrumentos que possibilitem uma visão do aluno em sua totalidade sendo estes dotados de um potencial ilimitado de aprender.

REFERÊNCIAS

AKHRAS, F. N.; FRANÇA, M. F. **Inclusão digital em contextos sociais**. In: WORKSHOP GESITI E II GESITI/SAÚDE, VI, Campinas, 2010, *Anais*, p. 1-6.

AKHRAS, F. N, **Inclusão Social**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 25-37, 2011.

BONETI, R.V.F. **O Papel da Escola na Inclusão Social do Deficiente Mental**. In: Mantoan, M.T.E. org. A Integração de Pessoas com Deficiência: contribuições para reflexão sobre o tema. Editora Memnon, São Paulo, 1997.

BRASIL, **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial**. Secretaria de Educação Especial, Brasília, 1994.

BRASIL, **Ensaio pedagógicos**. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

DUTRA C. P.; SANTOS M. C. D. **Os rumos da educação especial no Brasil frente ao paradigma da educação inclusiva**. Inclusão: Revista da Educação especial, Brasília, v.5, n.2, p. 19-24, 2010.

FRREIRA, A. L. O.; PINHEIRO, L. B.; VALÉRIO M. N. M. **A espacialização do surdo em Belém do Pará. O território como uso social do espaço urbano**. I Simpósio Mineiro de Geografia. 2014.

MENDES, E. G.; **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 33, 2006, p. 387.

MACIEL M. R. C. **Portadores de deficiência a questão da inclusão social**, São Paulo em Perspectiva, v. 14, n.2, 2000

NAZARENO, C.; BOCCHINO, E. V.; MENDES, F. L.; PAZ FILHO, J. S. **Tecnologias da Informação e Sociedade: o Panorama Brasileiro**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2006, p. 187.